



8ª Reunião Plenária Extraordinária do CONFEMA
23 de setembro de 2008 – 9 horas

PAUTA

Expediente:

- I. Aprovação da Ata da 31ª Reunião Plenária Ordinária do CONFEMA, de 9 de setembro de 2008;
- II. Sugestão de inclusões na pauta.

Ordem do dia:

- I. Deliberação sobre os seguintes projetos postulantes ao FEMA nos termos do Edital nº 05, de modo a habilitar a publicação de propostas selecionadas:
 1. “Escola Técnica em Agropecuária” (Centro Social Nossa Senhora do Bom Parto);
 2. “Saindo da Lixeira” (Alma Ambiental – Aliança Libertária Meio Ambiente).
 3. “Capacitação Ambiental, Social Integradora” (Centro de Estudos de Meio Ambiente de Integração Social);
 4. “Escola Ambiental” (Trivolim – Companhia de Expressões Populares);
 5. “Curso Básico Ecologia” (Associação Beneficente Cultural e Social da Cidade Tiradentes);
 6. “Plataforma Verde – Parelheiros” (Instituto Brasileiro de Estudos e Apoio Comunitário – IBEAC);
 7. “Centro de Memória Socioambiental da Cantareira” (Sabiá – Associação Socioambiental);
 8. “Agente de Proteção Ambiental” (GFWC Crê-Ser);
 9. “Horta Comunitária Agroecológica” (Associação Uno e Verso);
 10. “Caravana: Juventudes pelo Meio Ambiente” (ISPIS - Instituto SincroniCidade para a Interação Social);
 11. “Germinando para o Futuro” (CIEDS - Centro Integrado de Estudos e Programas de Desenvolvimento Sustentável);
 12. “Em memória de Chico Mendes – 20 anos de luta” (Clube da Cidadania – Vigilantes da Vida);
 13. “Rio Pinheiros – Educação e Arte” (Instituto Equipe de Cultura e Cidadania);
 14. “Saúde pelo Tietê” (Instituto Navega São Paulo);
 15. “Seminários Valores do Século XXI” (Associação Palas Athena);
 16. “Cidade Ambiente” (Associação Elementos da Natureza);
 17. “Semente de Educação Ambiental” (Instituto Alana);
 18. “Educadores Populares e Meio Ambiente” (IPAM);
 19. “Oficina de Florestas” (Associação Teatro Oficina Uzyna Uzona);
 20. “Educação Ambiental e Tecnologia Social – Formação de Coletivo Ambiental em Ermelino Matarazzo” (ITS);
 21. “Fórum Permanente de Educadores Ambientais de Brasilândia” (IBECC/UNESCO);
 22. “Programa de Educação Ambiental” (Arrastão Movimento de Promoção Humana).

Presidente Eduardo Jorge: Então vamos voltar aqui à ordem do dia, já tem o quorum, o ponto número 1 é a apresentação do projeto Parque Linear Perus, pelo Cláudio Manetti. Eu peço só que a Sandra sente-se à mesa.

Sandra Cristina – Subprefeita de Perus: Bom dia, Secretário, bom dia conselheiros. Manetti, na última reunião que estivemos no CONFEMA foi nos solicitado a apresentação do projeto do parque linear de Perus.



Cláudio Manetti - EMURB: Bom dia. Desculpa pelo atraso, nós trouxemos então o outdoor que nós não podemos por lá fora, vamos por aqui dentro. Mostra um pouco essa idéia do plano do parque, nas fases em que ele está hoje. Então já têm uma série de áreas que já têm projeto executivo, aqui na Secretaria, como a área do Areião. Esse é o trecho básico, tem uma série de outras partes, então é mais fácil olhar isso depois, fica aí como brinde para a capa da discussão de hoje. Eu trouxe também umas imagens no Power Point, para nós passarmos, acho que tem que apagar a luz. Como foi colocado a EMURB fez parte desse processo muito interessante da Secretaria do Verde, e técnicos da subprefeitura, onde nós desenvolvemos parte dos quatro parques lineares de São Paulo, dois no norte, dois no sul, e nós fazemos então um gancho então, mais voltado para a questão do Parque Perus. Essa é uma idéia geral da região, que mostra toda a parte que tem uma ocupação, as grandes vias de articulação, as grandes áreas verdes, as áreas internas, o aterro, as entes todas, e essa mancha do parque. E dá para nós termos uma idéia forte a respeito da compreensão da região, é uma região, acho que todos conhecem, de uma geografia muito complicada, já é na bacia do Juquerí, portanto na bacia oposta, tem uma série de vias fortes, interrupção, Rodoanel, Rodovia dos Bandeirantes, a própria Raimundo é uma via muito forte, o que dá para ter essa ligação. Nós compreendemos logo de início, que essa é uma região toda quebrada, toda fragmentada, que tem uma ausência de compreensão clara de unidade, também de quem mora lá uma visão de não pertencer ao lugar. Toda essa leitura em grande escala que nós fizemos, que mostra que a idéia do parque aí, mais do que ser uma área verde, ela pode ser um elemento de costura de todos esses trechos quebrados que nós temos aí. Então quatro trechos que nós vamos ler, até por uma questão mais de foco, juntos podemos já ter uma visão mais geral. Essas são as áreas de enchente, nós fizemos um estudo hidráulico hidrológico da região, que também faz parte do parque. Depois um foco um pouco mais próximo mostra a região do trecho do Areião, nós tivemos que rachar, sempre por trechos, é uma prática que nós aprendemos, junto com o pessoal do Verde, como desenvolver projetos nessa grande escala, especialmente, em estruturas lineares. Então aí pega justamente o trecho do Areião, que é essa parte mais de cima, mais horizontal, dá para nós termos uma idéia da área ocupada, do tipo de relevo que é, e a complexidade. Que é isso, é uma região com grandes barreiras. À esquerda, o trecho de baixo, nós chamamos de galpões, porque os galpões aqui dentro ocuparam a sexta várzea. Um pouquinho mais à esquerda, nós começamos a ver o Recanto do Rio, o Jardim da Conquista, aonde tem ferrovia e o córrego, que marca ainda mais essas barreiras aí. Então é uma região fortemente marcada pelas barreiras, totalmente fragmentada, e o parque tem essa função clara de articulador. O outro trecho é um pouco mais em cima, vamos dizer, mais abundante, que são as áreas indicadas para uma vegetação mais densa. No estudo geral ficaram como grandes áreas de preservação desse controle de cheias. Nós vamos ver, depois, a sua capacidade de vazão. Aí, o trecho central, que aí surgiu uma discussão muito interessante, a Sandra promoveu uma necessária aproximação entre o pessoal da CPTM e o pessoal de SPTrans, para discussão a respeito da nova estação de trem, do novo terminal, que estava sendo previsto se mudar para essa área. E esse nó, é um grande novelo, aonde, vamos dizer, que aquilo que podia ser lido como uma estrutura central, ele é todo quebrado, todo congestionado. Então isso passa a ser, no entendimento do projeto, um foco muito importante para desenvolvimento. Um pouco mais abaixo, ali, o Recanto dos Girassóis, que também complementa esse pescoço, entre o trecho do Areião e o centro. Aquela parte lá no cantinho, lá em cima, é uma gleba que foi descartada do projeto ainda, porque a iniciativa privada tem uma proposta para lá, está desenvolvendo em conjunto com a subprefeitura, as diretrizes de ocupação dali, um projeto muito interessante, mas ele se agrega no conceito, vamos dizer, dessa estrutura da linha do parque. Esse é um estudo, síntese do estudo hidráulico que nós



fizemos para lá, que é uma demonstração da necessidade das áreas de retenção de água, esse controle todo. No caso o Areião, azul claro, lá em cima, precisa contribuir com cerca de 25 mil metros cúbicos de área de preservação, e esse é um dos conceitos fortes do parque lá. Depois, se vocês quiserem o arquivo fica aí para vocês verem. Isso já é uma coisa mais de articulação, inclusive com o plano de bairro. Como nós dissemos no começo, o parque procura ter uma inserção forte dentro da cultura da região, como o desenho denota, o plano de bairros que decorre um pouco dessa discussão, ele vem agora e dá esse tom, a visão do planejamento editorial, na escala da região. Então, com isso, nós já começamos a ver, acho que dá para olhar um pouquinho ali, quais são os pontos que nós precisamos transpor. Eu tenho o bairro de um lado, tenho o parque do outro, preciso transpor essa barreira. Então quais são os pontos de conexão, os pontos de ligação, quais são as portas do parque, como que o parque, além de ser uma área de reserva, também é um elemento de passagem. Discutimos muito isso com o pessoal de SPTrans também da possibilidade de ele ser um elemento de ligação dos transportes de quem chega e quem sai. Nesse trecho que dá para ver o Rodoanel há um estudo da CPTM para a inserção de uma nova estação ali, além da recuperação e incremento da estação de Perus. Além de uma série de recursos para recuperação e compras e equipamentos ferroviários. Então é uma região que está recebendo fortes doses, vamos dizer assim, não só de recursos agora, mas de interesse para projetos também. Então isso já é uma fusão do parque, e a visão do plano de bairro. Essa é uma imagem que nós recortamos de uma planta que nós chamamos de planta de conflitos, porque ela mostra o que é área pública, o que é área particular, em que estágio está essa área pública, se a área pública tem gente dentro, se não tem gente dentro, a mesma coisa para as áreas particulares. Esse amarronzado são as áreas particulares a serem desapropriadas, é importante dizer que esse parque tem um DUP, Decreto de Utilidade Pública, com a desapropriação dessas áreas particulares, e parte dessas áreas, como nós podemos ver, as mais claras são áreas públicas. E à esquerda, a estrutura do córrego e à direita, lá dá para ver o desfecho do Rodoanel com a Raimundo. E aquele trecho lá em cima, que a Sandra se referia, é o último trecho fragmentado entre a Raimundo e uma alça de acesso que passa debaixo do parque. Nas discussões do grupo se achou interessante marcar muito bem essa porta de leitura, da Raimundo, que é uma via importante de chegada, e esse parque já iniciando. Além do que, parte da área pública de cima tem uma ocupação de algumas famílias, que desencadeou uma discussão muito importante sobre vincular programas habitacionais com a execução do parque. Esse é um foco mais voltado no trecho do Areião, então dá para ver o que eu estava dizendo agora a pouco, à nossa direita a Raimundo Pereira de Magalhães, aquele trecho laranja é o trecho da área em questão, área pública ocupada como apoio de obras, e o restante é o plano do parque. O que é verde mais escuro, em cima, é uma área pública, uma vegetação alta, nós vamos ver depois um corte, tem uma mata inclusive importante lá, é fazer a recuperação e regeneração da mata. Na via de cima, que é uma região cerca de 20 metros mais alta que o córrego, a idéia é ter um espraiamento de onde dá uma visão de uma calçada, que às vezes é uma espécie de praça linear, quase um apoio da parte do bairro de cima. Eu já tinha falado da hipótese de nós desenvolvermos alguma possibilidade de acesso do bairro de cima lá para baixo, então fica como uma futura transposição no meio, para ser pensada, estudada, mas as duas fortes são nos extremos onde a topografia já permite. Então, lá em cima, à direita, perto da Raimundo, uma transposição mais fácil, mais tranqüila de fazer, até porque a questão da ocupação da área permite isso daí, e a idéia é sempre vincular que essas passarelas tenham alguma relação com o equipamento do parque. E à esquerda, extrema esquerda, também uma ligação, uma passagem, que é uma via embaixo, já na cópia de baixo, de terra, então a idéia é redesenhar um pouco essa via. E o que é cinza, por exemplo, passa a ser o grande espaço do parque, de uso do



parque, os recantos e tudo o mais. E ao longo do córrego, o córrego de passagem e as áreas de enchentes funcionam quase como novos prédios ali. Então esse parque, esse trecho, como conceito, é um parque linear, como que se trata essa linearidade? Primeiro, da encosta, da recuperação das áreas de mata, segundo, com a água, como essa água passa, como ela pode ficar no caso de cheia, dá para ver pelo córrego depois, como isso transforma o espaço público também, ler isso daí é importante, e o que é cinza, mas ao longo da estrada, uma relação muito mais pública. Aí, o parque de fato com os seus equipamentos. É importante dizer também, depois nós podemos discutir isso lá atrás, nós fizemos uma discussão muito importante com o grupo Pró-Ciclista, então tem uma rede cicloviária de articulação do parque, no geral, não só nesse parque, mas como em todos os outros. Eu estou falando aí de cerca de 46 km de ciclovia, considerando os outros quatro parques que nós desenvolvemos. No caso da ciclovia, ela passa em cima, ao longo da Ernesto Bottoni, ao longo dela, e passa embaixo também, na Cleonice Kramer. Com cortes básicos, e um pouco de recortes de imagens, como nós achamos que pode ser, embaixo você tem um projeto análogo. Então aqui em cima o corte, ali em cima a idéia da Ernesto Bottoni, num trecho que ela não está tão alta assim, mas dá para ver justamente essa declividade, a altura importante. Esse corte está um pouco pequeno, mas dá para entender, que na calha do córrego, depois onde ele se espraia, quase uma visão de já na calha contemplar as áreas de cheia, esse corte passa num trecho que dá para ver, depois, uma das áreas de espera da cheia, que parece quase um brejo novo. E aqui em cima, um pouco na quota de cima a Cleonice Kramer, que é onde há mais concentração de uso do parque, efetivamente, alguma mescla de acesso que se possa ter, mas na verdade é uma fusão entre os grandes circuitos, o domínio da água, vamos dizer assim, como ela pode desenhar os novos lugares, a idéia de recuperação da vegetação, e devolver isso para o público. Aqui tem umas imagens, acho que depois dá para ver isso de perto, nós discutimos muito a inserção das biocalhas, então exemplos interessantes, quase como áreas de retenção de chuvas nas calçadas, uma espécie de retenção de cargas difusas também, como que trata isso daí. Tanto na parte de cima, a gente fez, porque daí evita que essa água se acumule em pontos de concentração, como nessa parte daqui também. Para todos os parques, nós usamos um pouco essa idéia. Acho que é isso. Aí, dá para nós termos uma idéia desse circuito cicloviário, todo que está por aí, aqui é o aterro, e também a idéia das passagens, como nós estávamos dizendo aquela hora, que tenta ligar esse território rompido, fragmentado, e essas preocupações a respeito das áreas de espera, isso tudo é ZEIS, não é isso? Mas isso daqui, como uma área de reserva a ser desapropriada, ficará pública, exposta também a esse tipo de gestão, de quem... E aqui, o trecho de baixo, as áreas de mineração, provavelmente eles têm um PRAD, Programa de Recuperação de Área Degradada, então precisava entender esse grande contexto daqui, especialmente na hora em que os estudos da CPTM indicam a possibilidade de uma estação aqui, que eu acho que é bastante oneroso. Mas a idéia do parque também, depois, é se desdobrar em ações que possam permitir a recuperação de todas essas áreas que hoje tem um tipo de ocupação muito precária, já tem uma intervenção de IBEAC e de subprefeitura conjugadas. Nós entendemos o seguinte, para eu encerrar minha fala e depois façam as perguntas que vocês quiserem, o parque não pode ser um intruso, que vá alterando a vida dessas pessoas a qualquer custo em função da sua própria inserção. Nós entendemos que para qualquer coisa que ele possa trazer, ele cria um plano bastante forte, se você vincula o parque ao plano de bairro com recursos vinculados, você tem um cardápio de projetos para o futuro, e aí você tem uma coisa provavelmente inédita em qualquer região de São Paulo, e que você deixa o plano regional, que hoje não tem nada de estratégico nele, ele ainda é um plano para ser implementado sob ponto de vista estratégico, e passa aqui a temos uma ferramenta nova, que é o desenho de território, eu acho que é aquilo que faltaria, vamos dizer, para nós passarmos das



grandes massas, das grandes manchas, e dar sentido aos instrumentos urbanísticos. E mais uma coisa, na hora em que começa a mexer com a vida dessas pessoas, quem você vai tirar, como é que você vai revolver, inserir, a idéia dos programas que vinculam. Porque só aqui, nós começamos a ver que a relação do parque com a questão da moradia é muito forte, é muito intenso, mesmo a questão de baixo, dos galpões, que são áreas de produção, tudo clandestina, mas são áreas de produção, geram empregos, onde eles podem estar na hora em que eles saem das áreas de inundação e permitem os projetos articulados. Então isso tudo, vamos dizer, é um grande desafio. Enfim, falo aqui em nome dos técnicos, a ENURB, especialmente em relação aos técnicos da subprefeitura também, e da Secretaria do Verde, acho que fizemos uma boa parceria para mais esse projeto.

(trecho incompreensível)

Conselheiro Marcos Moliterno: Bom dia a todos. Tem uma coisa que não entendi, já havia feito a pergunta no elevador, você tem uma área que vai ser desapropriada, por que essa área da subprefeitura que faz parte do parque não foi contemplada na desapropriação?

Cláudio Manetti - EMURB: Porque é pública.

Conselheiro Marcos Moliterno: Bem, tem recursos para desapropriar, mas não tem recurso para mudar a subprefeitura? É isso que eu não consigo entender.

Cláudio Manetti - EMURB: Em todos os projetos nessa escala, como esse, o projeto parte de uma escala de um milhão e duzentos mil metros quadrados, ele vem criado com DUP, Decreto de Utilidade Pública, que foi aplicado pela Secretaria do Verde, dentro de uma visão dos parques lineares de criar áreas públicas e grandes áreas de reservas. Então essa é uma prática dentro da visão da política pública que está colocada. Quando você começa a usar os projetos, a desenvolver os projetos, você começa a ver que ali tem um vizinho, é um vizinho diferente, tinha uma casa, coisas que você não conseguiu ver antes. Primeiro, porque não tem plantas novas, atualizadas, o resto você não tem, a planta da SEMPLA é de 2004. E também, foi muito difícil de obter. Então você faz todo um plano de metas com materiais que já são obsoletos. Quando você vai para uma realidade, eu e o pessoal aqui do Verde, nós vamos no parque do sul, sobrevoamos lá, dá para ter uma idéia, inclusive, de coisas que em dois anos, ou um ano, foi muito drástico, muito violento em certas regiões de pressão da cidade. Então quando nós fomos para lá, começamos a olhar isso, a discutir o desenvolvimento do projeto, foi aí que constatou a hipótese de inserção dessas áreas de extensão do parque e o restante da cidade. Até então não se tinha. Até então a visão do DUP, era um DUP, vamos dizer, traçado no escritório, que foi quando se foi a campo, se desenvolvendo, uma aproximação com toda uma realidade, discussão com própria comunidade, foi se entendendo se deveria ou não extinguir ou ampliar. O que aconteceu na grande gleba cima, ela deixa de fazer parte do DUP, vamos dizer, porque ela se insere dentro de uma realidade, agora, que é um projeto, iniciativa privada, mas quer manter as relações do parque, de passagem lá, então saímos um pouco fora disso. Mas nós entendemos que certos pontos de junção, aquela área é uma área interessante, essa área pública, porque ela está na confluência da Raimundo, ela quase que seria uma porta de chegada. Ali você vê o parque no seu eixo. E até então aqui é uma área pública municipal, ali funciona um depósito.

Sandra Cristina – Subprefeita de Perus: Todo o depósito da prefeitura está lá.

Cláudio Manetti - EMURB: Então foi isso, daquilo que não foi possível prever em uma análise anterior do lançamento DUP, aquilo que foi, vamos dizer, objeto da nossa rotina, do nosso cotidiano. E essa área nós achamos que poderia ser uma área muito interessante fazer parte desse espaço público aí. Não sei se respondi.

Conselheiro Marcos Moliterno: Eu acho o projeto bárbaro. Mas a nossa preocupação aqui é outra. É se é cabível usar os recursos do CONFEMA.



Sandra Cristina – Subprefeita de Perus: Eu queria só acrescentar, uma coisa, Manetti, que na sua apresentação, você nem citou, mas do outro lado da Raimundo, exatamente em frente ao nosso depósito, a iniciativa privada já está implantando um Parque Linear. A iniciativa privada. Que é uma das pedreiras. A idéia deles, inclusive, é que haja, seja feita a junção, a ligação direta disso que eles já estão fazendo hoje, com aquilo que o poder público vai fazer. Então, esse também é mais um dos fatores de justificativa. Então, esse também foi um dos argumentos. Isso foi pedido, eu não sei se eu já posso me adiantar, que havia sido solicitado que nós fizéssemos um levantamento de valores das áreas que nós estamos propondo ceder para a implantação do equipamento, para que vocês tenham idéia. Então, na área do trecho do Areião propriamente dito. No trecho do Areião, o nosso depósito tem aproximadamente oito mil metros quadrados, um pouquinho menos de oito mil metros quadrados. Naquele trecho o metro quadrado é avaliado em cento e quarenta reais, cento e quarenta reais o metro quadrado. E a área prédio, construção, trezentos reais o metro quadrado. A Própole é uma das poucas imobiliárias que atua lá em Perus, eu acredito que tenham duas ou três ali, mas é um pessoal muito sério, está a muitos anos lá em Perus. Então, na avaliação que nós pedimos que eles fizessem, nossa área, com um pouco de construção que tem, e a área como um todo foi avaliada em um milhão cento e oitenta. Na área do Recanto, onde nós já temos o Parque Linear implantado, que seria a segunda área, que também tem fotos dessa área aqui, o valor é maior, o metro quadrado de terreno ali sai em torno de trezentos e vinte reais e a área construída é quinhentos reais o metro quadrado. De qualquer forma, a segunda área foi avaliada em oitocentos e vinte nove mil reais. Ou seja, um milhão cento e oitenta mais oitocentos e vinte nove, um pouquinho mais do que estamos pedindo aqui. Agora, eu quero deixar bem claro, independente do valor comercial, do valor imobiliário, eu gostaria que fosse levado em conta, de fato, é o que essas áreas vão proporcionar à comunidade de Perus, assim que eles receberem o equipamento. No caso, no Recanto dos Humildes e no trecho do Areião. Além disso daí, nós tomamos a liberdade de colocar aqui uma planilha, por exemplo, do que as subprefeituras têm investido no trecho do Ribeirão Perus com relação à contenção de enchentes ou nas obras emergenciais. No último ano, só em obras emergenciais, nós chegamos a quase um milhão de reais.. Então, nós temos assim, em três meses, só uma máquina que nós colocamos em um determinado trecho do Ribeirão Perus, ela está lá, direto, com a limpeza, com o assoreamento, são quase três meses, que é o período das cheias. Porque agora, em dezembro, o ano passado nós já fizemos isso, o compromisso foi assumido com a comunidade para aliviar. Nós fizemos duas vezes o transbordamento de córrego, nós procuramos manter, até para aliviar o problema, enquanto não vem a obra do parque que vai dar total solução. Então aqui tem os valores e mais algumas informações, eu vou passar para o secretário.

Conselheiro Luis Ramos: Eu fiquei com uma dúvida, com relação a essa área do Recanto dos Humildes, a área que será cedida pela subprefeitura de Perus é a área em que será implantado o bloco desportivo cultural?

Sandra Cristina – Subprefeita de Perus: São dois terrenos. Esse primeiro terreno, que seria a entrada do parque, é o Areião. O segundo terreno é onde já existe o Parque Linear Recanto dos Humildes, fez parte das obras de urbanização das favelas do Recanto dos Humildes, lá nós temos essa segunda área que é onde funciona a unidade de manutenção, divisão técnica de manutenção e a divisão técnica de limpeza pública. Então, essa seria a segunda área, que nós estaríamos cedendo para poder estar fazendo a construção. Nesse específico seria o bloco esportivo cultural, atenderia ali, aproximadamente 5 mil famílias, que são as famílias do Recanto dos Humildes, Recanto Paraíso e Jardim da Conquista.

Conselheiro Luis Ramos: Então nessa área, onde se prevê a implantação de um outro equipamento, aí seria o bloco esportivo cultural?



Sandra Cristina – Subprefeita de Perus: Exatamente. Nessa daí.

Conselheiro Luis Ramos: Eu tenho uma dúvida. O parque prevê algumas desapropriações, o Manetti falou que tem um DUP. Essas desapropriações, como é que estão, em que pé estão? O recurso para elas como é que está previsto, está previsto? Está prevista a utilização de recursos de crédito de carbono para a desapropriação também? Como é que está o andamento disso?

Sandra Cristina – Subprefeita de Perus: Também está prevista a desapropriação.

Presidente Eduardo Jorge: Foi pedido o recurso.

Orador não identificado: Eu não sei como funciona esta técnica de recurso, mas a minha preocupação é a seguinte, vamos supor que aprovemos a aplicação do recurso do CONFEMA para mudar o depósito da subprefeitura, senão sai a desapropriação? Esse dinheiro está carimbado, garantido que vai vir? Sim, mas vem de qualquer forma?.

Presidente Eduardo Jorge: Ocorre uma reorganização, no começo do ano tem um conselho que divide o dinheiro do FUNDURB. A nós coube quarenta e dois milhões de reais. Foi feito um balanço. A Secretaria de Planejamento liberando, nós depositamos o dinheiro. A Secretaria do Verde está só esperando que o dinheiro esteja lá.)

Orador não identificado: E esta construção nova não poderia sair pelo orçamento da Subprefeitura?

Orador não identificado: Eu, particularmente, entendo que há dificuldade, porque no fundo este processo trata da construção da edificação. Ainda que a doação da área, hoje, ocupada pelas instalações da subprefeitura, vá fazer parte do parque, a outra, por fora, de outra forma, porque no fundo vai servir para a implantação de um equipamento a ser construído futuramente. Em parte, o parque já está implantado. Eu, vejo alguma dificuldade no processo em si, por tratar do processo de construção de uma edificação nova, para a implantação de uma estrutura, que se enquadre na resolução que nós aprovamos, e prevê a utilização de recursos de Créditos de Carbono. É uma visão que eu tenho. Aí, os demais conselheiros avaliam essa posição.

Presidente Eduardo Jorge: O dinheiro é para as intervenções urbanísticas e ambientais na região de Perus e Pirituba, que suporta uma política. Então, no nosso ponto de vista cabe perfeitamente. Aliás, o que a Secretaria do Verde tem sido cobrada, Secretaria do Verde e Secretaria de Planejamento, é mais agilidade na realização do recurso. Do ponto de vista da Secretaria do Verde cabe, sim.

Orador não identificado: Eu estou com a mesma dúvida do Luis, que efetivamente não é uma requalificação urbanística. Eu não entendo como funciona a prefeitura, mas no meu modo de ver, caberia à prefeitura fazer, dar um espaço para a edificação e liberar essa área. De uma certa forma, ela vai atingir o proprietário privado. Mas existe uma questão de conceito, vai desapropriar uma série de empresas privadas, e a prefeitura não libera recursos para montar a estrutura da Subprefeitura. Seja quem for.

Presidente Eduardo Jorge: Eu não tenho poder de liberação. Quem tem é a SEMPLA e Finanças. Eu tenho aqui um recurso para gastar em áreas de recuperação ambiental, saneamento, urbanismo, em Perus, Pirituba, de Créditos de Carbono. Eu tenho uma possibilidade de fazê-lo. O que eu vou fazer? Eu não tenho autoridade suficiente para liberar o dinheiro. Nós estamos deixando de gastar um dinheiro, que nós temos, e ela não vai ter esse dinheiro.

Sandra Cristina – Subprefeita de Perus: Está se negando para cento e setenta mil pessoas que moram em Perus. Eu queria até que vocês tomassem conhecimento, essa área aqui, até quando eu vi essa foto aqui ontem à noite, eu até falei: “Poxa, mas estão apresentando só essa foto”. Ela é o conceito mais real. Essa foto aí, ela é parte da área onde hoje funciona a supervisão de limpeza e a supervisão de manutenção. Esse lago que tem aí, tem carpas, eu estou no meio da área do Recanto dos humildes. Eu já tenho um projeto para implantar no bloco esportivo cultural, o projeto está prontinho. Está aguardando, única e exclusivamente, que a área seja liberada



para poder licitar e iniciar a obra. Então, quem está deixando de ganhar são as famílias que estão morando lá. E aquilo que nós falamos, o Secretário falou, eu concordo plenamente. Se não houver a concordância da liberação de recursos, também não vai haver a passagem das áreas. E nós vamos ter, realmente, o parque Linear, tendo como entrada o depósito de material de construção da subprefeitura, e vai ter, ali na beira do Parque Linear Recanto dos Humildes que já está implantado, vai ser a unidade de limpeza e a unidade de manutenção funcionando. O que nós entendemos, é que há possibilidade de nós contribuirmos muito mais para a questão social, para a questão ambiental, lá em Perus. Foi questionado: “ah, você está passando terreno, área da prefeitura, quanto custam essas áreas?”. Essas áreas custam mais do que nós estamos pedindo hoje. Eu entendo perfeitamente o questionamento de vocês. Mas eu também, assim como o Secretário, eu concordo, nós temos condição de fazer, nós temos condição de exercitar, nós temos o recurso para isso, e temos a comunidade que precisa.

Conselheiro Luis Ramos: Acho que é importante colocar que nós percebemos a importância do projeto parque, do uso das áreas para o parque, da recuperação da região. Eu, particularmente, estive no CEU, na última apresentação que houve, na audiência que houve, e a demanda que a comunidade tem de maior investimento na área. Porém, a dúvida que fica, ainda que nós tenhamos o recurso, não é uma questão de dar o recurso, é uma forma que está prevista, uma dúvida que eu tenho, esse recurso pode ser aplicado para esse fim? De certa forma o processo que trata disso é construção de uma nova sede. Essa para mim, é uma questão. Não é a questão do mérito da área ser importante ou não, ela é, nós reconhecemos isso. Nós conseguimos compreender isso. Mas em relação ao que o Fundo pode dispor, não me parece que seja possível, no meu entendimento. Dentro da resolução que está colocada, dentro da forma, do regulamento, eu não entendo que esse dinheiro possa ir para a construção da edificação. Ainda que a contrapartida seja a liberação das áreas para a construção do parque linear, da desapropriação dessas áreas com o recurso do FEMA, do próprio poder público.

Sandra Cristina – Subprefeita de Perus: Eu queria só fazer uma pergunta, pela experiência que você tem de SEMPLA, você vê possibilidades da Subprefeitura conseguir o recurso de outra forma? Eu acho que valeria a pena levantar, porque infelizmente, eu fui atrás, para checar, e a resposta não foi aquela que nós gostaríamos de ouvir.

Conselheira Myrian Barcellos: Eu acredito que tudo que puder ser aplicado em recursos do carbono, sendo na região de Perus e Pirituba, eu acredito que deva ter o nosso apoio, porque esse recurso é dessa região e tem de ser aplicado nessa região. E da minha parte nunca terá apoio para ser aplicado em outra região de São Paulo, se bem que há insistência de outra Secretaria para que isso seja feito. Eu acredito que a cidade toda de São Paulo tem uma dívida enorme com relação a essa região, e tudo que puder ser aplicado nessa área deve ser apoiado por esse Conselho. Esse projeto está muito bem argumentado, muito bem baseado. O fato da construção, ter uma construção, tirar uma construção, fazer outra construção, é uma condição, sine qua non, para que seja resolvido um problema de inundação na área. É um problema ambiental, é uma decorrência. Esse problema de construção que está sendo levantado aqui, é a solução para resolver um problema ambiental sério na região. E o Parque Linear está no plano diretor, faz parte da lei do nosso plano diretor. E deve ser aprovado. E todos os parques que forem construídos na cidade de São Paulo, ela não é proveito só da região onde está situado, é um proveito da cidade inteira. Dentro dessa visão ampla é que deve ser analisada essa questão literal. E eu já posso adiantar o meu voto.

Conselheiro Marcos Moliterno: Eu vou até pegar o gancho da colega Myrian e dizer o seguinte, o entendimento que nós temos do dinheiro vindos dos Créditos de



Carbono é para privilegiar uma região que foi ocupada de forma irregular e desastrosa do ponto de vista ambiental. A impressão que eu tenho é a de que existe um plano estratégico para viabilizar a área para o parque, então caberia à prefeitura disponibilizar esses recursos, e não, pegar um dinheiro que é para introduzir alguma coisa a mais, ou um equipamento melhor. E o que nós vemos é que esse dinheiro vai servir para construir um novo prédio para liberar a área.. Eu acho o projeto fantástico de vocês. Eu aprovaria qualquer outra. Mas eu tenho uma questão muito grande, eu não sei se cabe aplicar esse dinheiro em uma atividade que eu vejo como obrigação da Prefeitura. Apesar das suas colocações, suas ponderações, acho que é uma questão de iniciativa da prefeitura. Esse dinheiro não poderia ser misturado. O que eu vejo é o seguinte: é a construção de uma nova sede. Vai liberar? Vai, tal, mas é um dinheiro que deveria estar na administração da prefeitura pensar nisso. Quando faz um plano estratégico, o próprio plano diretor, tem que pensar no amanhã. De onde vão vir os recursos? Por isso eu estou perguntando do dinheiro da desapropriação. A avenida Roberto Marinho, antiga Água Espraiada, é o maior exemplo de desapropriação que não saiu desapropriada. O Rodoanel vem de 64, e ficou 40 anos parado. Desapropria, tal, e aí, não tinha dinheiro, pagou na metade. Eu sei que de lá para cá a lei mudou um pouco. Mas eu vejo com o mesmo risco, nós pegamos o dinheiro de Créditos de Carbono, construímos uma nova sede, aí por um motivo ou por outro, o dinheiro para a desapropriação não é suficiente, resultou que nós construímos uma nova sede e o parque continuou sem sair. Então, eu tenho essas duas preocupações.

Luiz Eduardo – EMURB: Como participante do projeto, junto com o Manetti, eu acho que nós sentimos, ao longo do processo, quer dizer, essa área, como uma área pública que ela é, ela não foi pensada a princípio, porque ela era uma área que já estava preservada, com ocupação pública, mas pelo menos você não teria um outro tipo de ocupação diferente daquela. Com o passar do projeto foi verificada a grande importância de incorporar essas áreas ao corpo do parque. O ganho ambiental que a cidade tem, com a transferência dos equipamentos que estão lá, para aquela comunidade, eu acho que vai ser muito importante. E assim, a informação que nós tínhamos antes de iniciar o processo, ela não poderia ser prevista. Então é uma decorrência mesmo desse estudo a fundo que foi acontecendo durante o processo inteiro. Então é por isso que eu acho, de fato, essa transferência é um ganho ambiental e um bem social para aquela comunidade toda de lá. Eu, como técnico, eu arrumaria dinheiro seja lá de onde for, porque eu acho que é muito importante.

Orador não identificado: Luis Eduardo, eu vou te colocar uma questão aqui que você vai entender. Você arrumaria dinheiro de qualquer jeito e amanhã ou depois o Ministério Público pode vir pessoalmente investigar.. Então, não é de qualquer jeito. Sem nenhum demérito ao projeto de vocês, acho fantástico.

Plínio Toledo - DEPAVE/SVMA: Nós estamos aqui na sede, o secretário já se manifestou, eu gostaria de dizer o seguinte: meu nome é Plínio Toledo, eu trabalho no DEPAVE há 33 anos, e o que nós sabemos é que esses projetos não são estanques. A prefeitura é algo intrinsecamente unida secretaria com secretaria. Eu acho que pensar na construção de uma sede como algo isolado do parque, me desculpem, mas ele faz parte integrante desse parque Linear. O que nós estamos aprovando aqui, isso foi dirigido, esse dinheiro é para o fundo ambiental. A preocupação maior é o meio ambiente. Não existe preocupação de construir uma sede. Então é algo a mais, sim. O que o dinheiro do carbono está indo é para o parque Linear Perus . Eu acho que tem que pensar assim, de uma forma maior, mais ampla.

Coordenadora Helena Magozo: Todos os conselheiros já tiveram a possibilidade de se manifestar, vamos então para a deliberação. Os conselheiros que estão favoráveis à aprovação da destinação dos recursos, como foi colocado aqui, para essa



destinação, levantem a mão. Os conselheiros que são favoráveis à aprovação. Então é a Myrian...

Conselheira Myrian Barcellos: Eu acredito que não é só a região de Perus, como eu já falei, que está perdendo aí, se o voto for contrário, se a maioria dos votos for contrário, é a cidade de São Paulo. Primeiro, que meu voto é a favor do projeto, como já me antecipei. E lastimo se os outros conselheiros não me acompanharem.

Coordenadora Helena Magozo: Agora, os contrários à destinação proposta, levantem a mão. Então, nós temos três votos contrários.

Presidente Eduardo Jorge: Só para o registro da ata, os votos da Secretaria do Verde seria favorável ao projeto.

Coordenadora Helena Magozo: Então não foi aprovada a destinação do recurso por três votos a um.

Sandra Cristina – Subprefeita de Perus: De qualquer forma quero agradecer, e dizer que eu sinto muito. Porque era uma oportunidade única, neste momento, de dar início à obra ainda este ano, de implantação de equipamento. Ainda mais, em uma gestão que o governo tem sido extremamente prestigiado. Nunca se investiu tanto na questão da recuperação ambiental, implantação de áreas. Eu tenho 41 anos de idade, eu acompanho gestões de governo há 20, então, eu nunca vi o que está sendo feito hoje. É realmente uma pena, a gente sai daqui um pouco chateada, mas vamos tentar lá na SEMPLA, quem sabe, diante do posicionamento aqui do conselho, quem sabe a gente consegue sensibilizar a SEMPLA e apresentar, conseguir recursos lá para a construção da sede. Porque independente do resultado aqui, enquanto nós estivermos à frente da subprefeitura de Perus, não vai desistir de deixar recursos. A única pena é que nossos equipamentos vão estar lá no meio do parque.

Conselheiro Marcos Moliterno: Sandra, o seu projeto é ótimo. Eu sou extremamente favorável, eu só acho que não cabe a aplicação dos recursos dos Créditos de Carbono nisso. Se de alguma forma eu puder te ajudar, eu até participo desse teu esforço. Se você precisar de uma carta demonstrando que o projeto é bom, estamos aí juntos para te ajudar.

Sandra Cristina – Subprefeita de Perus: Eu não sei se é possível, Secretário, Helena, mas se o conselho pudesse fazer um documento nos termos que o Moliterno está falando, que são favoráveis, que acham que é importante, porque aí nós reforçaríamos o nosso pedido na SEMPLA.

Coordenadora Helena Magozo: Nós temos a formalização da reunião, isso tudo ficará transcrito. Nada impede que numa posição conjunta, a Sandra encaminhe para a SEMPLA para ficar como respaldo do posicionamento do conselho.

Sandra Cristina – Subprefeita de Perus: Nós temos que unir forças para conseguir trazer o dinheiro. Só levar o papel também não adianta. Quantas subprefeituras não devem fazer isso ao longo dos anos? Mas de qualquer forma, eu agradeço. Depois nós conversamos para ver de que forma pode estar recebendo esta documentação e encaminhando isso.

Coordenadora Helena Magozo: Eu quero agradecer a presença da Sandra, da EMURB, do DEPAVE, obrigada. Agora eu vou passar a coordenação para o Rubens, que é uma continuidade da última sessão, que eu estava de férias, nós vamos passar então, para a deliberação dos projetos postulantes ao apoio do FEMA, no termo do edital número 5. Nós contamos aqui com a presença também, da Glacilda, da Alice, que participaram da Comissão de Avaliação Técnica, CAV, dos projetos do edital nº5.

Presidente Eduardo Jorge: Eu tenho que pedir licença aos conselheiros que eu tenho uma reunião agora, sobre o licenciamento da Marginal, eles virão aqui discutir conosco. Eu acho que o quorum aqui está garantido, mas se houver qualquer problema, você pode me localizar.

Secretário Executivo Rubens Borges: Bom dia a todos. Na última reunião nós fizemos a votação de alguns projetos, inicialmente aqueles que tinham parecer



favorável da comissão de avaliação. Houve a dúvida sobre um projeto, em que os conselheiros pediram uma publicação da entidade Palas Athena, previu-se um livro, e esse livro estaria sendo adquirido com o recurso do FEMA para ser distribuído para a população como parte integrante do projeto. Então, a entidade nos encaminhou o livro solicitado pelos conselheiros. A publicação, eu coloco à disposição dos conselheiros para analisar. Não, a CAV não chegou a avaliar, não houve tempo hábil para isso.

Conselheira Myrian Barcellos: A minha opinião é a mesma que eu manifestei na última reunião. Não é o conteúdo do livro que interessa. Eu não vou olhar o livro. O que interessa, o que está em pauta, é a prerrogativa de se votar contra o projeto de uma prefeitura e apoiar a compra do livro para distribuição. Podemos apoiar o projeto oferecido de ensino, oferecido por essa instituição, mas não podemos pagar, não podemos arcar com a compra do livro que ela vai distribuir. Isso abre um precedente que vai dificultar muito as nossas votações daqui para a frente. E meu voto, antecipado, é contra.

Conselheiro Luis Ramos: Este projeto tinha sido parcialmente discutido na reunião anterior. O livro é uma das questões que está sendo colocado, não é a única, mas na verdade ele foi uma coisa que chamou muito a atenção, levando em conta que está previsto pela instituição a aquisição do livro. São 800 exemplares, a trinta e cinco reais cada exemplar, para que ele seja distribuído gratuitamente nas palestras. Eles prevêem oito palestras para cem pessoas, cada uma das palestras. Então algumas coisas que não tinham ficado claras no projeto para mim, na última leitura, o conteúdo propriamente desse seminário não fica claro se é o mesmo conteúdo, reproduzido nos dois seminários, e assim atingiria 800 pessoas, se são conteúdos distintos, e cada um dos oito seminários trata de um assunto e ele poderia, dessa forma, atingir apenas 100 pessoas. Também há a questão de que próprio público alvo me pareceu um pouco amplo demais, não muito especificado. Eles focam a divulgação para o público que já tem no banco de dados. Apenas aquelas pessoas que já frequentaram cursos, seminários, de dentro da instituição, que seriam convocadas para participar do seminário. Isso pra mim, me parece um pouco problemático, pelo menos da forma como está se colocando. Nós recebemos uma cópia do livro, que é o livro que trata o projeto, não sei se é exatamente o livro, exatamente este livro, que vem de uma parceria com o Banco Real, está escrito na orelha que é um livro de distribuição gratuita. Então, em absoluto ele poderia ser cobrado do fundo. Isso para mim já é um erro muito indicativo do orçamento desse projeto. Dessa forma, eu vejo muita dificuldade em aprovar o projeto. Eu não sei se eles pretenderiam editar um novo livro, com o mesmo conteúdo, e aí, sim, ter esse custo. Esse que está aqui, não pode ser cobrado. Isso está claro na orelha do livro. Na capa dele consta a obrigação da distribuição gratuita. Foi nos dado ao conhecimento hoje, o que nós ajudaríamos, poderíamos ajudar a financiar. Nos conteúdos do livro praticamente não há nenhum problema, não tenho conhecimento pedagógico para avaliar, eu não poderia fazer esta análise..

Coordenadora Helena Magozo: Então, vamos passar para a deliberação.

Secretário Executivo Rubens Borges: Eu vou ler o resumo da avaliação da Comissão de Avaliação que encaminhou o livro para nós. O projeto é - Seminário e Valores do Século XXI, Ética, o Meio Ambiente e Cultura da Paz como Meios para um Ambiente Sustentável, instituição proponente - Associação Palas Athena, linha temática - educação sócio ambiental para a paz, localização geográfica - Difusa na cidade de São Paulo, duração do projeto - 12 meses, recursos solicitados - noventa e oito mil, cinqüenta e quatro reais e noventa e oito centavos, parecer da CAV e considerações finais é: "O projeto é oportuno e relevante, propondo-se a capacitar 800 pessoas em oito meses e alcançando profissionais que prestam serviços públicos essenciais na cidade, como educação, saúde e serviço social. E também dispõe dos projetos sócio ambientais e liderança do terceiro setor e comunitário, que tem grande



capacidade de administração de novos valores. O projeto é bem formulado e a excelência da instituição é garantia de qualidade. Parecer da CAV é pela aprovação do projeto”. Então, considerando as manifestações dos conselheiros e relatório da CAV, coloco em votação o projeto, eu pediria que aqueles que são favoráveis à aprovação do projeto, permaneçam como estão. Então, o projeto é não aprovado por unanimidade. Seguindo a pauta, na última reunião também, a conselheira Zania pediu que fossem votados alguns destaques, projetos que foram pedidos para ser analisados com um pouco mais de atenção, então, eu já vou passar para esses três e em seguida vou fazer a conclusão.

Conselheira Zania Gouveia: Eu gostaria só de fazer uma consideração, que foi pedido destaque desses projetos em que aparentemente as falhas são formais. No decorrer da reunião, tomei conhecimento do que previa o edital. Eu não sei em que medida as falhas formais podem ser ignoradas. Ficou claro na reunião anterior que nos próximos editais deve ser permitida a complementação dos projetos e aqui a minha pergunta, em que medida as falhas formais podem ser ignoradas, à luz da legalidade do próprio edital?

Secretário Executivo Rubens Borges: Bem, realmente nos outros editais, havia duas fases de análise, havia uma análise preliminar do projeto e em seguida, um período de quinze dias, para adequação do projeto, desde que a CAV entenda que é necessário e que não comprometa a estrutura do projeto. Nesse edital, excepcionalmente, por ser um edital de educação ambiental, essa fase foi suprimida e então nós tivemos a fase de análise e de encaminhamento para votação. Alguns aspectos formais são superficiais, eles podem até ser corrigidos, se o conselho aprovar, eles podem ser corrigidos por ocasião da assinatura do convênio, e nós podemos exigir algum acerto para a assinatura. No entanto, cabe ao conselho avaliar considerando o relatório da comissão até que ponto esses aspectos formais comprometem o projeto. Então está descrito no relatório quais são as dificuldades, e aí se são formais ou não. No caso, aqui, é assim, ainda que o parecer da comissão seja negativo à aprovação, a deliberação deve ocorrer. Se eventualmente o conselho entender que essas falhas são meramente formais, mas que não comprometam o projeto, fica a critério do conselho a deliberação. Então, vamos colocar os destaques em votação, o projeto é - Escola Técnica em Agropecuária, instituição proponente - Centro Social Nossa Senhora do Bom Parto, linha temática - educação ambiental, localização geográfica - São Paulo, duração do projeto -12 meses, recursos solicitados - noventa e cinco mil quatrocentos e vinte reais e quarenta centavos, considerações finais e conclusão da CAV: “A proponente não apresentou a equipe técnica e seus respectivos currículos, conforme previsto no Anexo 1, Item 2, Edital tema número 05. Não está em conformidade com o item 10, orçamento, por conter materiais permanentes e por outros materiais descritos. A CAV entendeu que haverá reforma de instalação. Pelos itens descritos acima esse projeto não é recomendado pela CAV”. Então, eu coloco em votação, a Escola Técnica Agropecuária, aqueles que forem favoráveis à aprovação do projeto, permaneçam como estão.

Conselheira Myrian Barcellos: Eu insisto, dentro da minha formação de educador, que é obrigação da Secretaria orientar melhor os projetos. Se eles têm falhas na apresentação, na forma como ele foi elaborado, é obrigação nossa, já foi discutido antes, a orientar. Eu acredito que a proposição é realmente muito bem pensada para a região e para a juventude que eles apóiam, ela está inclusive na região do Cinturão Verde, da cidade de São Paulo, ao lado do parque, e tem, um ponto de vista mais para a frente, a formação profissional do jovem adolescente, em uma região que o jovem tem poucas possibilidades para a formação profissional. Isso é muito importante, e eu acredito que os dados técnicos que faltam, o que está faltando nesse projeto, que foi levantado pela nossa equipe técnica, deve ser repensado junto com a instituição. E o meu voto é aprovado sob condição de a Secretaria dá essa orientação, e nós,



conselheiros, nos aproximarmos do grupo e dar uma assistência mais presente na evolução desse atendimento educacional, profissional, que eles pretendem para jovens. Meu voto é favorável.

Conselheiro Luis Ramos: Eu quero fazer umas considerações sobre o posicionamento da Myrian. De fato, verificando, analisando todos os projetos que estão interessados para inscrição do ponto do Edital 5, realmente nós verificamos que muitos têm um problema. A clareza do objetivo não está bem colocada, o público alvo não está muito bem colocado, eu entendo que realmente, o processo foi bem conduzido. Este edital tem um caráter diferenciado, em relação aos anteriores, e ele tratou diferente algumas etapas, que talvez elas devam ser repensadas novamente. Essa questão de readequação, de apresentar, de ter uma primeira manifestação da CAV e um posterior ajuste para ser novamente avaliado. Só para comentar com a conselheira Myrian, eu tenho acompanhado, tenho recebido os informes da UMAPAZ, e a entidade está promovendo cursos de capacitação para elaboração dos projetos, para as entidades. Tem sido dada atenção a esta questão, tem sido freqüentemente colocado aqui neste conselho. Em que pese tudo isso, nós temos que avaliar o edital, os projetos à luz do edital. O edital prevê certas condições, então é dentro destas condições que nós temos que analisar os posicionamentos que estão sendo colocados. Muitas vezes, um ou outro projeto não atende alguma coisa de caráter meramente formal, mas esse formal ainda assim não atende o edital, então nós iremos dizer: “Bom, esse formal é importante o suficiente?” Pode ser que sim, pode ser que não. Às vezes não é só isso. Analisando, lendo o projeto, é muito importante nós lermos o projeto, para perceber as análises da CAV. Eu até entendo que por conta de um grande número de projetos apresentados, que a CAV tenha dificuldade de fazer uma avaliação muito profunda de cada um deles. Ela sempre se manifesta, sempre de maneira crítica, mas em alguns momentos, em alguns pareceres, eles são, por vezes, eu entendo que por condições que não são de sua vontade, eles acabam sendo um pouco telegráficos. Então, apenas pelo parecer, nós não temos condições de avaliar muito bem. Então nós vamos lá e olhamos o projeto com mais profundidade, a avaliação da CAV. Em algumas avaliações eles são um pouco mais formais no sentido de que atende o edital ou que não atende o edital. Às vezes atende ao edital, mas se você analisar com um olho um pouco mais crítico, você vê problemas em determinado item. Aconteceu em diversos projetos que estão sendo discutidos. Então, primeiro, sempre considerar que à luz desse edital temos algumas considerações a fazer. E para os próximos editais, nós podemos repensar e rever essa colocação, voltar a ter essa etapa de discussão, porque aí a própria instituição tem condição de falar: “olha, realmente eu coloquei no projeto, com clareza, nesse sentido”. Porque se não, nós podemos começar a aprovar projetos, em que o próprio objetivo está difuso, está tudo difuso, é o público, é o projeto, é o local, é a data, é o conteúdo. As idéias colocadas no projeto são sensacionais, de maneira geral. Porém, a maneira de realizar as idéias, torná-las concretas, o próprio desdobramento, por vezes, fica falho. Essa idéia da escola, deste projeto que está em pauta agora, da escola técnica, é uma idéia muito interessante, mas a forma como está colocado no projeto, é problema, é uma escola técnica. Como o FEMA vai aprovar um recurso para escola técnica? Como essa Escola Técnica lida com a Secretaria da Educação? Tem que ser pedagógico. O projeto deles também não deixa muito claro como é essa formação, como são os professores, qual é o conteúdo desse curso. Ele envolve não só a Escola Técnica, ele fala de outra capacitação. Então ele mistura as coisas, ele perde o foco. Então nós precisamos um pouco de cuidado para análise desses projetos.

Oradora não identificada: Eu gostaria de salientar que coloquei a possibilidade de verificação de saneamento dos projetos apresentados ao FEMA, na linha de educação ambiental na cidade de São Paulo. A proposição foi no sentido da verificação. Não sei



se eu coloquei direito. É possível fazer esse saneamento? Se é possível, então votemos a favor, desde que seja legítimo. A idéia não é aprovar sem critério.

Conselheiro Marcos Moliterno: Eu entendo quando você fala da falta de apresentação de um currículo, ele fica em desconformidade com relação edital, eu também entendo que não é uma falha grave. Mas não é um caso generalizado. Temos casos específicos.

Secretário Executivo Rubens Borges: A CAV está presente, encontram-se alguns representantes da CAV, a Glacilda pediu a palavra.

Glacilda Corrêa - Comissão Técnica de Avaliação/ FEMA: Eu sou Glacilda, coordenadora pedagógica da UMAPAZ. Eu concordo com a fala da Myrian, porque a Myrian coloca um ângulo maior de preocupação que a é educação. Que é um olhar cidadão, para as questões do projeto, que é um olhar da cidade, um olhar mais ampliado. Eu acho que tem que ver a questão toda maior, que é olhar maior para essa questão do projeto, que se pega com questões de semânticas, que de repente isso aí nos deixa amputados, perante a leitura de um projeto. Eu fico muito preocupada com isso, porque na UMAPAZ que tem três anos, 26 mil pessoas já passaram por lá, e que dá conta da educação de uma cidade de 11 milhões de habitantes, onde nos viramos em mil, para fazer um atendimento à população, que quem está lá que sabe, todo mundo quer saber sobre a educação ambiental hoje, ela já é a moeda verde do século. Então de repente, nós estamos assim, correndo atrás do prejuízo dessa cidade, um projeto de educação ambiental e sabendo que, nós, ex-funcionários não dão conta dessa cidade, e nós temos que agir em prol da descentralização, e do poder descentralizado, para nós podermos acompanhar esse projeto, que eu acho que a preocupação maior é no acompanhamento desse projeto a nível local, para ver se está ou não, com um olhar pedagógico mesmo, está ou não, acompanhando e dando relevância a essas questões, que, ela colocou muito bem, que é de profissionalizar, principalmente esses jovens que estão por aí, e que estão alienados. E nós estamos vendo isso hoje na Carta da Terra, nós estamos trabalhando com professores, diretores, coordenadores de escola, quanto que estão alienados nessa cidade. Então essa é uma preocupação da Secretaria do Verde, que é a grande missão da Secretaria do Verde. Eu quero acompanhar melhor esse trabalho aqui, para estar dando, também esse reforço, dessa leitura maior, todo mundo, aqui é uma equipe multidisciplinar, eu acho que é bem democrática, de termos esse olhar e termos essa preocupação de acelerar. Nesse projeto, as questões que ficaram pendentes aí, de leituras, inclusive semânticas, que nós nos apegamos a uma palavra que amputa completamente o processo todo do projeto. Eu vejo aqui que foi reprovado do Palas Athena, uma associação que tem uma vivência na cidade, tem uma história na cidade, idoneidade educativa, na cidade, na luz dessa cultura de paz e ética, então nós ficamos muito preocupados com questões que pegam em coisas que o edital está amputando. E eu acho que é uma preocupação muito séria. Por que, de quem é essa responsabilidade agora, nesse decorrer de tempo, que o tempo passa, e não apita na curva, não espera ninguém, e de quem é essa responsabilidade? Então eu acho que nós somos cidadãos responsáveis, extremamente responsáveis pela educação ambiental hoje, aqui. Quando eu estou analisando o projeto, eu me vejo, às vezes, compactada por questões tão pequenas. Obrigada.

Secretário Executivo Rubens Borges: Colocando em votação o projeto Escola Técnica e Agropecuária, da instituição Centro Social Nossa Senhora do Bom Parto. Aqueles que são favoráveis à aprovação do projeto permaneçam como estão.

Conselheira Myrian Barcellos: Eu acredito que tenha que ser aprovado sob condição.

Secretário Executivo Rubens Borges: Primeiro eu vou colocar à votação, e se houver, sim, da maioria, nós colocamos se há ou não condicionantes. Então aqueles que são favoráveis à aprovação do projeto, permaneçam como estão. (trecho



incompreensível) Bom, eu deixaria suspenso porque nós tivemos um empate, dois votos a favor, dois votos contra. Nesses casos, o regimento interno do Fundo estabelece que o Secretário seria o fiel da balança para desempatar. A Helena foi convocar o Secretário, enquanto isso, a Mara vai fazer uma fala.

Mara – FEMA: Eu gostaria de esclarecer, até mesmo sobre a fala da Glacilda, que nós tivemos uma experiência com os dois primeiros editais do Fundo que previa esses quinze dias para adequação. Em cima dessa mesma experiência que se implantou esses quinze dias, o período de ajuste. Então, o terceiro e o quarto edital solicitaram esses ajustes e foi assim que funcionou. No quinto edital, não são só palavras e questões formais que são colocadas. O quinto edital foi feito junto com a UMAPAZ, a partir de um termo de referência feito pela equipe da UMAPAZ, ele foi referendado pela UMAPAZ e foi solicitado que não tivesse esse tempo, para agilizar o processo. Para que o processo fosse um pouco mais rápido. Por quê? No terceiro e no quarto edital sempre houve uma reclamação muito grande, que demorava muito o tempo de avaliação. Então a CAV sempre foi muito pressionada por causa disso. Mas a equipe técnica do UMAPAZ solicitou que não colocasse, até para poder agilizar e ser mais rápido. E realmente eram pela 57 projetos e teve esse problema todo. Mesmo assim, e mesmo também, a CAV foi tomada pela própria equipe da UMAPAZ, e com a comissão de acompanhamento também vai ser feita pela própria equipe técnica da UMAPAZ. Então assim, esse edital, normalmente os editais são feitos em conjunto com a equipe técnica, porque o Fundo acaba tratando das partes administrativas, políticas e tal, e desse acompanhamento com a parte técnica da Secretaria.

Conselheiro Luis Ramos: Essa questão do prazo, embora ele prolongue o tempo, eu entendo que ele prolongue o período de aprovação, demora muito mais para que um outro edital seja aprovado, e a vontade é que muitos projetos possam fazer uso do recurso, mas possam fazer bom uso do recurso. Algumas coisas que não estão claras na leitura do projeto, poderiam ter se tornado mais claras. Esse projeto que propriamente está em discussão, esse da escola técnica. Essa escola técnica, ela pretende um profissionalizante como uma escola técnica. Ela tem autorização para isso? Do Ministério da Educação? Ela prevê, por exemplo, construção de um viveiro para mudas e não é possível pelo edital.. Porque o recurso do FEMA não vai ser utilizado na implantação do viveiro. Para quem reverte? Não está colocado. Deve haver previsões, mas que não estão colocadas no projeto .Essa é a ressalva que eu faço, nunca de mérito, o mérito é sempre válido, mas...

Conselheira Zania : Eu gostaria de reiterar, deixar consignado, que essa aprovação está condicionada ao saneamento das falhas apontadas. Não está sendo passado um cheque em branco para a entidade construir, ou fazer qualquer irregularidade.

Conselheira Myrian Barcellos: Eu me coloco na mesma função. Eu acredito que, inclusive, eles não deveriam usar o termo, a designação de forma técnica. Porque entra nessas implicações da educação formal. E a entidade é uma entidade sem fins lucrativos, é uma outra proposta educacional, que é uma educação comunitária. Se a proposta não fosse de escola técnica, uma formação técnica comunitária, uma coisa assim, estaria mais bem inserida na proposta, mais adequada. E aí, depois de uma experiência, mais tarde, requerer da situação um bom aproveitamento, e então, mais adiante requerer da Secretaria de Educação essa designação formal. Então, isso seria uma questão, como a senhora disse, semântica, mas não é semântica aqui. Eu vejo isso como uma ação de educação comunitária, com muito valor, muito necessária à cidade de São Paulo, isso é só abrir o jornal, que a gente vê que realmente é necessário. Conheço algumas agrônomas, que dentro do próprio exercício da profissão, trabalham os garotos que chegam como estagiários, para terem uma formação profissional, de jardineiro, inclusive. Essa visão é importante. Agora, pretendendo ser uma escola técnica, aí tem essa dificuldade. Não é isso que essa instituição, a meu ver, está pretendendo. Ela quer uma formação, uma educação



comunitária, uma formação profissional, mas dentro de uma visão que não é essa da educação formal. Então, isso também é coisa que pode ser revista. Ao meu ver, esse projeto é de grande alcance social e deveria ter o nosso apoio condicional, com algumas reformulações.

Conselheiro Luis Ramos: Conselheira Myrian, me desculpa, mas o projeto, a leitura do projeto se verifica que é disso que trata o projeto. Ele é de uma escola técnica para jovens que têm o ensino médio. Especificamente isso. Não é de capacitação técnica para jardinagem. Ele é uma escola técnica que se pretende, é o que está colocado no projeto, o projeto que está sendo avaliado é esse, formação de uma escola técnica, para alunos que têm o ensino médio.

Conselheiro Luis Ramos: Me parece que realmente a questão que se coloca é de repensar a possibilidade de abrir um novo edital para a educação ambiental, que essas instituições todas possam reapresentar, requalificando os seus projetos, até que elas possam ser orientadas a participar dos cursos que hoje são promovidos pela UMAPAZ, para que elas possam ter essa capacitação para apresentação dos projetos. E que votem em projetos, e aí, sim, com mais subsídios, com mais elementos, nós temos mais segurança para aprovar e para ter clareza se esse projeto vai conseguir atingir os objetivos.

(trecho incompreensível)

Mara – FEMÁ: Já aconteceu isso, de aprovar com condicionantes, foi no segundo edital, foram aprovados quatro projetos. Um dos projetos, a instituição acabou desistindo, que era da administração pública, e três outros foram implantados. Os três deram sérios problemas. Eles fizeram uma adequação, foi pedida mesmo, foi feita essa adequação, mas é uma adequação que não foi super orientada, como é feita pela CAV. Porque quando a CAV faz, ela pega nos detalhes e fala: “aqui tem problema, aqui tem problema e aqui tem problema”. Se não consegue sanar, realmente... Porque o problema, a questão das idéias, assim, raros são os projetos que nós vemos que não são boas idéias, é muito raro os que têm idéias absurdas. O problema, sempre, é a proposta de como colocar em prática a idéia. Sempre aí que pega. Porque quando se lê o que tem como proposta de prática, não vai chegar no que ele está se propondo alcançar. É só isso o problema. Daí essa orientação, que seria essa análise toda, pedindo ajuste, porque se ajusta aqui, ajusta ali, ajusta acolá, talvez chegue no que se propõe. Então essa experiência teve sim, mas eu acho que a avaliação que nós tivemos no Fundo não foi muito positiva.

Conselheiro Luis Ramos: Mais uma vez me parece a questão do edital não prever a complementação e também que algumas questões da discussão possam voltar com maior clareza de como se conseguiria esses resultados, de como atingir a população, que alguns projetos não nos dão clareza disso. Como vai se atingir a população que possa se beneficiar? Não há clareza.

Conselheira Zania Gouveia: Gostaria de aderir a essa proposta que o Luis está fazendo, de um novo edital e que essas propostas todas tenham a possibilidade de serem apresentadas, e não só esses destaques por uma questão de isonomia... Esse, especificamente, tem um caráter (trecho incompreensível) ...apresentados aqui, falhas só, não de mérito, mas essencialmente formais. Então eu faço uma revisão do meu voto, que está prejudicado, está inviável, está inviabilizado pelas questões colocadas.

Secretário Executivo Rubens Borges: Obrigado, secretário. Diante da visão da conselheira...

(trecho incompreensível)

Secretário Executivo Rubens Borges: Só para deixar registrado, diante da manifestação da conselheira Zania em alterar a proposição perante voto, o voto do secretário, que seria de desempate, fica dispensado. O projeto não foi aprovado, por três votos a um. (trecho incompreensível)



Conselheira Myrian Barcellos: Eu acredito que esse projeto tenha possibilidade, se eles fizerem um trabalho de estruturação melhor, tendo em vista que eles têm um técnico que é um engenheiro profissional, que é da UNESP de Botucatu. Inclusive com o apoio da UNESP de Botucatu, eles podem elaborar um projeto mais claro e, realmente, mais técnico. E acredito que se houver um outro edital, como foi proposto aqui, isso possa ser, realmente, efetivado. Obrigada.

Secretário Executivo Rubens Borges: Obrigada, dona Myrian. Dando continuidade às análises dos destaques, passamos para o projeto – Saindo da Lixeira, instituição proponente - Alma Ambiental – Aliança Libertária Meio Ambiente, linha temática - educação ambiental e coleta seletiva, localização geográfica – Rua Nassis de Araújo, 312 – Itaquera, duração do projeto - 12 meses, recursos solicitados – noventa e nove mil oitocentos e oitenta e um reais e dez centavos, parecer da CAV, considerações finais e conclusão: “A proponente não apresenta a carta de compromisso de participação de parceiros orientados, tais como, Cooperativa de Reciclagem União, síndicos de prédios passíveis de colher a coleta seletiva, em função de espaço, Casa de Cultura Raul Seixas, parcerias essas que se não confirmadas inviabilizam a realização do projeto futuro. A proponente não apresentou projeto, conforme orientação Anexo 1, ao não detalhar o cronograma de execução do financeiro. Pelo imposto nesse parecer, o projeto não atende aos critérios de seleção do FEMA. Portanto, não é recomendado pela CAV”. Pergunto se há alguma manifestação?

Conselheiro Luis Ramos: Esse projeto tem uns aspectos interessantes. Ele envolve a questão da coleta seletiva, é muito interessante. Entretanto, ele tem alguns aspectos que para adesão ao projeto envolveria a necessidade de uma parceria mais firme da entidade com os prédios. Ele pretende capacitar mil e duzentas pessoas. São cinco prédios, eles estão supondo (trecho incompreensível) está envolvido. E para isso ele coloca que precisa da aprovação do síndico. (trecho incompreensível) Mesmo os subprojetos, a forma como eles acontecem, também tem algumas estimativas generalizadas. Eu também vejo algumas dificuldades. Uma coisa que eu não tenho clareza, até é uma dúvida que eu tinha, eles incluem no orçamento deles a conta do consultor de contabilidade, não sei se isto está previsto ou não, a ser autorizado.

Secretário Executivo Rubens Borges: Existem restrições com relação à contratação de consultoria, e nós já analisamos outros projetos em que foi apresentado este tipo de contratação. Então, colocando em votação o projeto - Saindo da Lixeira, a Instituição - Alma Ambiental – Aliança Libertária Meio Ambiente, aqueles que forem favoráveis à aprovação do projeto, permaneçam como estão. Então, o projeto não foi aprovado por unanimidade. Passando para o terceiro projeto em destaque, o projeto - Horta Comunitária Agroecológica, instituição proponente - Associação Uno e Verso, linha temática - geração de renda e educação ambiental, localização geográfica - Parelheiros, duração do projeto - 12 meses, recursos solicitados - noventa e cinco mil quinhentos e oitenta reais, considerações finais e conclusão da CAV: “A proposta de aliar educação ambiental e geração de renda é importante, mas o projeto não apresenta informações oficiais em sua apreciação, como, terreno, localização, delimitação e propriedade, onde serão implantadas essas hortas, o orçamento não permite compreender o desenvolvimento do projeto, a organização não apresenta sua experiência ou resultado. Considerando essas questões, a CAV não recomenda a aprovação do projeto”. Pergunto se há manifestações?.

Conselheiro Luis Ramos: Realmente, lendo os pontos que foram avaliados, são muito bem colocados, há diversos itens do edital que são pouco atendidos.

Secretário Executivo Rubens Borges: Passando então para a votação, os conselheiros que são favoráveis à aprovação do projeto Horta Comunitária Agroecológica, permaneçam como estão. (trecho incompreensível)

Conselheira Myrian Barcellos: Mesma situação dos outros, sob condição, nós precisamos reformular a avaliação, dar um apoio às instituições que vêm trabalhando



com um corpo voluntariado há muitos anos, tendo a experiência de trabalho voluntário, e não tem experiência burocrática, nem de leis, eles precisam da nossa ajuda.

Secretário Executivo Rubens Borges: Ok, está registrado. Então, com três votos favoráveis e um voto contra, o da Dona Myrian, o projeto não foi aprovado.

Coordenadora Helena Magozo: Só queria fazer uma observação, nós vamos nesse contínuo da deliberação do projeto, eu só preciso da presença de todos os conselheiros, para a deliberação sobre a questão do percentual dos novos convênios que o decreto estabeleceu. Então, 11:30, nós damos um tempo, porque tem que ter liberdade para avaliar todos os projetos, vamos dar um tempo, nós passamos para a deliberação, vamos ver até onde nós vamos, se precisar marcaremos uma reunião extraordinária semana que vem, para continuar com os projetos.

Secretário Executivo Rubens Borges: Posso fazer uma sugestão? Nós acabamos de discutir os destaques, então nós passaríamos para a deliberação do projeto que não teve a observação. Então nós poderíamos discutir, agora, o percentual que é uma urgência...

Conselheiro Marcos Moliterno: Eu posso fazer uma outra sugestão? Os que foram destaque, é porque tinha motivo para nós olharmos com um pouco mais de critério. Eu sugiro que nós votemos em bloco esses que foram rejeitados, por CAV... Bom, então, eu também aviso que... (incompreensível)

Conselheiro Luis Ramos: Eu pude avaliar todos os projetos que estão em discussão, eu li os projetos, e realmente todos eles têm problemas. Eles não foram não recomendados à toa, todos eles. A minha manifestação, já adianto meu voto, para todos que não foram colocados, seria de não aprovar. Eu acompanho a CAV nesse sentido.

Conselheiro Marcos Moliterno A minha também.

Conselheiro Luis Ramos: Pela leitura, tanto do parecer da CAV, quanto do projeto, comparando um com o outro, você não tem como aprovar esses projetos da maneira como estão colocados. É importante frisar, a Myrian ter colocado a questão da ressalva do (incompreensível), alguns destes projetos, com alguns ajustes, poderiam ser aprovados. Outros demandam mais ajustes. Não é uma questão muito simples para alguns deles. Mas todos precisam de ajustes. Da maneira como estão, e o que nós estamos votando aqui é o projeto, como está, dentro desse edital, da maneira como está, eu entendo que eles não têm condição de serem aprovados.

Conselheira Myrian Barcellos: Votar em bloco é renunciar à nossa qualidade de conselheiros. Ou nós somos conselheiros, analisamos cada um dos projetos, e temos um voto referente a isso. Ou analisamos em bloco e não são necessários os conselheiros.

Orador ano identificado: A senhora me desculpe, dona Myrian, mas no Congresso Nacional são feitas realizações em bloco.

Conselheira Myrian Barcellos: Quem é que diz que o Conselho Nacional ou o Congresso Nacional tem a aprovação da população em tudo que eles fazem?

Conselheiro Luis Ramos: Uma colocação que eu queria fazer, é que os projetos foram encaminhados para nós, o parecer, então, temos prévio conhecimento de todos os pareceres. Eles estavam disponíveis no FEMA para análise, para leitura, para que nós pudéssemos formar nossa própria opinião, além do parecer. Então, eu não vejo nenhum problema que eles sejam votados em bloco, porque todos, imagino, já foram discutidos. O conselheiro tem que estar ciente dos projetos que estão em discussão. Ele já leu, ao menos o parecer. Então, ele já deve ter uma posição formada a partir desses projetos como um todo. Não há, nesse sentido, nenhum problema que vote em bloco. A menos que a senhora diga: "olha, para esse projeto X, para esse projeto Y, eu sou favorável". (trecho incompreensível)

Orador ano identificado: A conselheira Zania tinha algumas dúvidas em alguns projetos, ela pediu um destaque neles.



Conselheira Myrian Barcellos: Alguns desses projetos são de entidades muito conhecidas, que trabalham há muitos anos aqui em São Paulo. E que podem ser referendados por nós todos, como esse do IBEAC, é uma instituição, que vem desde 1981, se eu não me engano, é formada por pessoas de formação, informação, doutorado, cursos na PUC e outras instituições, e merecem todo o nosso apoio. Nem todas as instituições, que apresentaram projetos aqui, eu conheço com antecipação. Agora, essa, realmente, é uma instituição que vem a muitos anos trabalhando com seriedade e um produto, inclusive, de estudos, que está sempre à disposição dos técnicos e tudo.

Conselheiro Marcos Moliterno: (incompreensível), eu posso fazer uma sugestão, que talvez contente todas as partes?

Conselheira Myrian Barcellos: Eu sugeriria que este fosse estudado.

Conselheiro Marcos Moliterno: Assim como a conselheira Zania pinçou alguns destaques nos projetos que ela tinha dúvida, então sugiro que nós analisemos esse com mais critério, e os outros nós votamos em bloco. Pode ser assim?

Secretário Executivo Rubens Borges: A dona Myrian pede destaque para o projeto apresentado pelo IBEAC, é isso ?

Conselheira Myrian Barcellos: Exatamente, porque é uma instituição muito conhecida, com um trabalho que vem desde 1981, tem um subproduto que é de estudos, que especificam produtos de estudos de aspectos da nossa sociedade, que está à disposição de todos, inclusive do próprio conselho, é uma coisa que pode ser aproveitada pelo próprio conselho. São estudos sociais. É uma instituição formada pelo... é um instituto de estudos sociais comunitário. E que foi fundado pela dona Lucy Montoro, tem feito um trabalho excelente, tem tido parceiros reconhecidos como (incompreensível), o Ministério da Educação de Brasília, a Secretaria de Educação de São Paulo, a de Saúde, inclusive a pedido da nossa Secretaria também. Então, ela tem um mérito que nós não podemos deixar passar sem uma análise (incompreensível)

Secretário Executivo Rubens Borges: Só lembrando, está sendo colocado em análise os projetos, não a experiência ou qualidade, ou o conceito que se tem das instituições. Nós temos projetos muito bons, apresentados por instituições pouco conhecidas, e temos projetos não tão bons apresentados por instituições tradicionais.

Conselheira Myrian Barcellos: Desculpe, claro que eu levo isso em consideração. Só que eu acho, acredito, que se é para dar um destaque, eu daria um destaque nesse.

Secretário Executivo Rubens Borges: O pedido da senhora está registrado. Por sugestão da Helena, nós deixaríamos esse projeto em destaque para discussão em próxima reunião, porque o tempo hoje é curto. E aí os conselheiros teriam mais tempo para analisar o projeto, e em uma próxima reunião...

Conselheira Myrian Barcellos: Até trazemos alguns componentes da... E presidida por uma doutora da PUC, assistente social. E dona Lucy também foi uma assistente social, não sei se todos sabem, ela tinha formação de assistente social, e foi na PUC que ela conheceu o Montoro, que estudava Filosofia, na época.

Conselheiro Luis Ramos: Eu entendo que nós possamos voltar a discutir esse projeto ainda hoje, eu entendo que ele possa ser votado hoje ainda. E não entendo que deva haver essa defesa, senão nós entramos numa seara complicada. (trecho incompreensível)

Conselheiro Marcos Moliterno: Então vamos votar os outros em bloco?

Secretário Executivo Rubens Borges: Deixemos este separado e votaremos o restante em bloco. Eu vou listar os nomes dos projetos, a instituição e o valor, para agilizarmos o procedimento. Se eventualmente tiver algum outro projeto que se queira dar destaque, posteriormente o retiramos da lista. Então, seguindo a lista de projetos, projeto - Capacitação Ambiental, Social Integradora, instituição proponente - Centro de



Estudos do Meio Ambiente de Integração Social, valor do projeto – oitenta e oito mil, novecentos e três reais e cinquenta centavos. Projeto – Escola Ambiental, instituição proponente - Trivolim – Companhia de Expressões Populares, valor do projeto – noventa e nove mil, quatrocentos e setenta e sete e quarenta centavos. Projeto - Curso Básico Ecologia - Capacitação e Oficina para Formação de Agentes Multiplicadores da Cultura Ambiental, instituição proponente - Associação Beneficente Cultural e Social da Cidade de Tiradentes, recursos solicitados ao FEMA - setenta e três mil, seiscentos e dez reais. Projeto - Centro de Memória Sócioambiental da Cantareira, instituição proponente - Sabiá – Associação Socioambiental, recursos solicitados – noventa e nove mil reais e oitenta e quatro centavos. Projeto - Agentes de Proteção Ambiental, instituição proponente - GFWC Crê-Ser, recursos solicitados – setenta e nove mil e oitocentos reais. Projeto - Caravana: Juventudes pelo Meio Ambiente, instituição proponente - ISPIS - Instituto SincroniCidade para a Interação Social, recursos solicitados – noventa e nove mil, oitocentos e cinquenta e nove reais e quarenta centavos. Projeto - Germinando para o Futuro, instituição proponente - Centro Integrado de Estudos e Programas de Desenvolvimento Sustentável, recursos solicitados – cem mil reais. Projeto – Em Memória de Chico Mendes – 20 anos de luta, instituição proponente - Clube da Cidadania – Vigilantes da Vida, recursos solicitados: setenta e sete mil e cinquenta e dois reais. Projeto -- Rio Pinheiros – Educação e Arte, instituição proponente - Instituto Equipe de Cultura e Cidadania, recursos solicitados – noventa e oito mil, trezentos e setenta reais. Projeto - Saúde pelo Tietê, instituição proponente - Instituto Navega São Paulo, recursos solicitados – noventa e cinco mil reais. Projeto - Cidade e Ambiente, instituição proponente - Associação Elementos da Natureza, recursos solicitados – noventa e quatro mil, setenta e um reais e trinta e um centavos. Projeto - Semente de Educação Ambiental, instituição proponente - Instituto Alana, recursos solicitados – noventa e cinco mil, quinhentos e setenta e três reais e setenta e um centavos. Projeto - Educadores Populares e Meio Ambiente, Instituição proponente - IPAM – Instituto Brasileiro de Pesquisas Ambientais, recursos solicitados – setenta e três mil, seiscentos e cinquenta e cinco reais. Projeto - Oficinas e Florestas, instituição proponente - Associação Teatro Oficina Uzyna Uzona, recursos solicitados – cem mil reais. Projeto - Educação Ambiental e Tecnologia Social – Formação do Coletivo Ambiental de Ermelino Matarazzo, instituição proponente - Instituto de Tecnologia Social – ITS, recursos solicitados – noventa e três mil, quatrocentos e dez reais. Projeto - Fórum Permanente de Educadores Ambientais de Brasilândia, instituição proponente - IBICC/UNESCO – Instituto Brasileiro de Educação Ciência e Cultura, recursos solicitados – noventa e nove mil e novecentos reais. Projeto - Programa de Educação Ambiental, instituição proponente - Arrastão Movimento de Promoção Humana, recurso solicitado – noventa e nove mil, oitocentos e setenta e oito reais e setenta e oito centavos. Lembrando que os pareceres da CAV a esses projetos são de não recomendação por diversos aspectos. Lembro que todos os relatórios da CAV e os projetos estarão disponíveis para uma posterior avaliação do conselho, caso seja solicitado. Bem, a segunda fase após a aprovação seria a habilitação de todas essas entidades, então ainda aquelas que tenham sido aprovadas, que eventualmente não estiverem em regularidade com a documentação o convênio pode não ser firmado. Passando para a votação, votação em bloco, aqueles que são favoráveis, os conselheiros que são favoráveis à aprovação em bloco dos projetos lidos nessa mesa, permaneçam como estão.

Secretário Executivo Rubens Borges: Então, os projetos não foram aprovados por unanimidade. Eu peço que os conselheiros permaneçam na mesa, pois ainda temos um assunto para discutir. O próximo assunto se trata de um decreto que saiu no dia 28 de maio, é o decreto 49.539, que estabelece regras para convênios da prefeitura, de maneira geral, com exceção de algumas Secretarias. Mas que a Secretaria do Verde e ao FEMA ele se aplica. E entre alguns procedimentos administrativos, e alguns, que



nós vamos ter que repensar agora, e o próprio regulamento do Fundo, e já estamos trabalhando nisso, uma das exigências refere à contrapartida que deverá ser apresentada aos projetos apresentados ao FEMA. Conversando com o jurídico, o entendimento do jurídico é de que, mesmo aquele projeto que já tenha sido selecionado, em editais anteriores, que não exigiam contrapartida, o edital número 5 já prevê contrapartida, mas os editais 3 e 4 não previa contrapartida. No entanto, o entendimento do jurídico é de que como os convênios não foram assinados e o decreto se aplica aos convênios, e então as entidades que tiveram projetos selecionados, deverão apresentar um percentual da contrapartida. O decreto e a regulamentação posterior, uma portaria intersecretarial de Sempla e SF estabelece que este percentual de contrapartida deve ser o estabelecido pela LDO. No entanto, o decreto foi posterior à LDO, a LDO não prevê esse percentual. Então ficou um impasse, qual seria esse percentual? O jurídico disse que como não há uma previsão legal a gente deve se pautar na legislação federal, que já prevê o percentual e esse percentual varia de acordo com a região do Município. Outro entendimento é de que, quando se trata de Governo Federal, ele lida com Municípios ou com ONGs que tenham capacidade de captar recursos junto ao Fundo Nacional. Que não é o nosso caso, porque nós estamos lidando com um município especificamente, e com ONGs locais, cuja intenção é fortalecer essas ONGs. Se o percentual for um percentual muito alto as ONG não têm como oferecer essa contrapartida. No entanto, nós temos que cumprir a legislação prevista. Então o que está sendo discutido aqui no conselho é, qual seria o percentual ideal para exigir de contrapartida. Lembrando que isso valerá para os projetos já aprovados, e que tendo este percentual nós vamos exigir das entidades a apresentação do percentual de contrapartida. A contrapartida pode ser financeira ou mensurável. A financeira teria que ser depositada junto com o dinheiro do FEMA e de acordo com o projeto. Se for mensurável tem que ser descrita qual seria a contrapartida, o que seria oferecido como contrapartida, isso envolve técnicos, equipamentos, instalações, veículos, etc.. E aí a CAV terá de analisar se essa contrapartida é compatível com o percentual estabelecido aqui. Como não há um percentual fixado, a secretaria do FEMA sugere que seja um percentual mínimo, que não comprometa o desenvolvimento do projeto. Nós temos uma proposta, que seria, a princípio, de 3%, que seria um valor que poderia ser oferecido pela instituição e que possa ser mensurada, e ela apresenta a contrapartida.

(trecho incompreensível)

Secretário Executivo Rubens Borges: Não. Nós não temos estrutura para fazer essa análise inicialmente, porque não era uma previsão. Então a CAV analisou o aspecto meramente técnico do projeto em si. Esta contrapartida, nós discutiremos com a CAV... (trecho incompreensível) Então a Secretaria do FEMA coloca na mesa a discussão do percentual, indicando, a princípio, o percentual de 3%.

Conselheiro Marcos Moliterno: Eu quero ouvir primeiro o SEMPLA e SF, que eu não entendo nada disso. (2:06:19)

Conselheiro Luis Ramos: A minha dúvida é a seguinte. Definindo um percentual, que está aqui colocado em 3%, por sugestão da Secretaria do FEMA, qual é aplicabilidade disso? Isso não precisaria passar, depois, por uma consulta (trecho incompreensível) da própria procuradoria (trecho incompreensível) A gente pode fazer isso? (trecho incompreensível) ... o FEMA, de repente, entende que... (trecho incompreensível)

Coordenadora Helena Magozo: Luis, nós estamos conversando com o jurídico da Secretaria. Nós chegamos a esse quanto a partir da orientação do Jurídico de que, como a portaria prevê, devíamos nos basear, na possibilidade da entidade arcar com a contrapartida. Porque nós temos uma situação específica, nós temos o edital número 5 que prevê 10%. Temos no edital 3, projetos que ainda não tinham assinado, e também no edital 4. Então, desde o final de abril as entidades estão esperando a assinatura de convênio e não tinham essa expectativa quando concorreram ao edital.



Então nós entendemos que devemos estabelecer um percentual exequível, para as pequenas entidades que concorrem ao FEMA. A contrapartida deve ser mensurável. Estou particularmente incomodada com essa demora que não se deve ao FEMA, foi uma questão do tempo das Secretarias de Finanças e Planejamento regulamentarem o decreto. As entidades tiveram os projetos aprovados há quatro meses e aguardam orientações para assinatura dos convênios. A avaliação está em cima do FEMA, de que o FEMA não dá respostas por mais que expliquemos a situação.. Quer dizer, o FEMA está sendo culpabilizado, como se ele estivesse atrasando essa assinatura. Não dá para abrir mão da contrapartida. Como a lei orçamentária não prevê nada, chegamos à solução de compromisso entre atender a regulamentação do decreto, e também dar condição de suporte para quem se candidatou ao edital, e teve o projeto aprovado. o. Eu quero, enquanto coordenadora, manifestar meu incômodo, com essa impossibilidade da gente definir isso, e partir para a prática da avaliação. Nós vamos ter que orientar essas entidades a reajuste, para que daí, elas possam assinar os convênios, isso já é inerente. Nós já temos um tempo para isso, então eu acho que nós devíamos partir para pensar nessa deliberação, por essa situação toda que estamos enfrentando.

Conselheira Zania Gouveia: Uma dúvida que eu tenho, você falou que nessa contrapartida, além de ativos, poderiam ser colocados também técnicos. Então o próprio corpo técnico, voluntário, das organizações, poderia compor a contrapartida?

Secretário Executivo Rubens Borges: Isso, se for um técnico que tenha participado da execução do projeto... (trecho incompreensível) ...desde que não tenha sido incluído como despesa do próprio projeto. Então se eventualmente um engenheiro agrônomo dispõe de dez horas de trabalho para aquele projeto, então é apresentado como contrapartida àquelas horas de trabalho, aí... (trecho incompreensível) as horas de trabalho dele em uma tabela... (trecho incompreensível)

Conselheira Myrian Barcellos: Estando, fazendo parte do CONFEMA desde o início, isso não foi colocado no momento em que esse... (trecho incompreensível) Isso que foi estudado, passamos mais de um ano estudando esse regulamento e as normas, eu acredito que isso venha a ser mais um outro obstáculo, para as associações urbanas, que eu tenho mais contato, para apresentar projetos. Nós vamos cair dentro de um sistema que já existe, de aprovar projetos de associações, de instituições, já bem estruturadas, e que poderiam, inclusive, recorrer a outras verbas e outras situações. Porque se a nossa intenção é educar e sensibilizar a população e as pessoas que estão envolvidas na educação comunitária, realmente em educação ambiental, eu acho que nós estamos falhando nos nossos princípios para o qual foi constituído o CONFEMA. No CONFEMA, cada vez mais, tem um depósito muito grande e que deve ser distribuído, sim, pelas associações, voluntárias principalmente, ou técnicas, mas que já vem trabalhando há muito tempo. E que não tem outros recursos para solicitar.

Coordenadora Helena Magozo: Essa definição não é uma definição interna nossa. É um decreto municipal, do município, que nós temos que seguir. Entendendo, até pelo meu parecer anterior, acho que deu pra você perceber que eu tinha essa preocupação com o suporte das entidades. Mas não é uma questão que se coloca, de autonomia do CONFEMA, o convênio pressupõe um compromisso das duas partes com objetivos comuns, que a contrapartida materializa.

Conselheira Myrian Barcellos: Eu gostaria de completar. Justamente baseado no que você falou, eu gostaria de salientar, mais uma vez, que eu acredito que isso seja um obstáculo para os nossos próprios propósitos. Agora, quanto a isso, me parece que é uma forma da administração pública, prefeitura, cobrar impostos sobre o conselho. Sobre uma verba que é confiada a nós, para a decisão da aplicação. É uma questão de taxa. Já houve um prefeito, em São Paulo, que ficou célebre pelas taxas. Eu acho que nós temos que ser contra a taxação sobre essa arrecadação, porque essa arrecadação já foi feita. Esse imposto, qualquer coisa para ser taxado, devia ter



vindo antes dela cair no Fundo. Porque o que cai no Fundo tem de ser isento dessas taxas. Nós vamos pagar imposto em cima de uma receita que chega para o Fundo, que está aos nossos cuidados e sob a nossa decisão? Isso é um absurdo. É um serviço prestado pela administração pública. A administração pública não é como as empresas. Empresa tem que ter lucro. O que eles fazem faz parte do trabalho deles. A colaboração deles para a sociedade civil é criar empresas, enfim, outras coisas, é criar produtos. A administração pública tem, realmente, o orçamento dela e o dinheiro que vem a ela, tem que ser para serviço público, mesmo que cause déficit. É outra situação, completamente diferente. O conselho deve pesquisar isso mais a fundo, e deve se colocar contra essa lei, contra esse decreto. Por que é que nós temos que aceitar todos os decretos?

Mara – FEMA: Eu acho que é assim. Essa preocupação que a senhora tem, dona Myrian, de dificuldade ou mesmo inviabilidade de apresentação de projetos por entidades menores, a senhora pode ficar tranqüila, porque nós já temos uma experiência. O que está acontecendo? Esse edital número 5, que o próprio CONFEMA aprovou, já previa uma contrapartida de 10%, até nós colocamos essa contrapartida numa tentativa de fazer a experiência mesmo. E os resultados foram bastante promissores, porque 51 entidades apresentaram projeto. São muitos projetos, até bem mais do que em outros editais que não previam contrapartida, essa foi a primeira experiência. E, com 10%, essas entidades e muitas pequenas, vocês viram a quais foram as entidades que entraram aí. Poucas são grandes. Então essa tranqüilidade pode ter. Agora, com relação a essa compreensão de que é imposto sendo cobrado, o entendimento, que pelo menos a parte jurídica que tem, é que com um convênio prevê uma confluência de esforços. Então, os esforços têm que ser tanto da administração pública, quanto da instituição. Uma junção de esforços e de interesses. É diferente de uma contratação. Uma contratação, a administração pública contrata uma empresa, o interesse da empresa é ganhar o dinheiro, ela não tem o menor interesse na questão ambiental. Então, ela presta o serviço bem feito, porque ela precisa ganhar o dinheiro. Agora, em convênio não, um convênio só pode ser feito como uma instituição que tenha esse interesse também. Então, ela tem que ser uma constituição necessariamente interessada na questão ambiental, que é exigência de todos os editais e do próprio decreto regulamentar. Então assim, eu acho que isso não se caracteriza como imposto ou como taxação, mas se caracteriza, sim, como a apresentação da contribuição, além do trabalho.

Coordenadora Helena Magozo: Quando indaguei, na época em que saiu esse decreto, ainda que dentro da regulamentação, mais tempo para nós definirmos a questão do convênio, uma justificativa que me foi apresentada pela Secretaria de Finanças e Planejamento, é que era justamente pelos convênios não terem funcionamento, em relação a terem que ser convênios e terem que ser contratos, é que tinha sido criada essa questão. Porque os fundos nacionais, outros fundos, já usam a questão da contrapartida. Eu acho assim, que uma questão complicada é quando você se candidata a um edital, você não tem uma regra clara. Porque aí o orçamento, o seu planejamento, te permite (incompreensível) essa questão do 10% ou do 3%. Na nossa situação, o desconforto é porque isso não foi apresentado. E o que é colocado pela Secretaria é que até a intenção, não foi uma questão de recurso, foi no sentido de não haver qualquer questionamento jurídico, no sentido que a Mara falou, da convergência de interesses. (incompreensível) há mais condição de ser cumprido o convênio, se há um mínimo de estrutura da entidade. O princípio seria esse. Só para deixar claro que, nesse caso, eu não senti, nem de fato, nem conceitualmente e nem por trás da história, que houvesse uma questão de taxação, mas de garantia de que os convênios, que aqui no FEMA nós estamos falando de convênio de cem mil, noventa mil, setenta. A prefeitura faz convênios (incompreensível) ...na Assistência Social, da Educação, que ela precisava ter essa garantia. Então foi mais nesse



sentido, de não ter questionamento jurídico sobre os convênios. Apesar (trecho incompreensível)

Conselheiro Luis Ramos: Só que me parece que essa idéia da contrapartida não compromete na proposta que está se colocando, não compromete tanto a instituição, mesmo porque o Fundo (incompreensível) está auxiliando aquela instituição a desenvolver o seu trabalho. Não está criando instituições, não está contratando pessoas, nós não estamos financiando contratação de engenheiros agrônomos... (trecho incompreensível). A finalidade no Fundo não é dar emprego a essas pessoas, mas, sim, propiciar entidades que já existe, já atua, que possam desenvolver esse projeto. Então, essas entidades podem oferecer como contrapartida já (incompreensível). Até porque está colocada a própria instalação. Porque nós não estamos exigindo contrapartida financeira especificamente, (trecho incompreensível). Então, ela, colocando à disposição suas instalações para o Fundo, para as atividades, já é, de certa forma, uma contrapartida. (trecho incompreensível) Então, vocês são entidades? Estão trabalhando? Ótimo. Nós vamos apoiar vocês, para desenvolver melhor esse projeto. (trecho incompreensível)

(trecho incompreensível) E a própria escritura dela (incompreensível) e de pessoal vai ser a contrapartida que ela coloca para (incompreensível) a execução do projeto (trecho incompreensível)

Conselheira Myrian Barcellos: Depois desse entendimento com o Departamento da Secretaria de Finanças, eu acredito que seria possível. Quer dizer, o dinheiro do Fundo é que não pode sair para isso (incompreensível) de forma nenhuma. É de nossa responsabilidade que não saía. Ela tem que sair para os projetos. Agora, eu tenho experiência, inclusive com instituições internacionais, que exige o patrimônio, que pegava o patrimônio da instituição. Eram contratos maiores, não tinha essa finalidade que tem o nosso, (trecho incompreensível). Então, entrando como contrapartida, aí no caso, o valor do patrimônio, se eles tiverem, e também essa idéia do valor do serviço técnico, eu acho razoável. Mas tem que restringir aí, e ficar bem claro. Eu acredito que isso, vai inclusive incentivar ou facilitar que os projetos se apresentem num nível mais alto, mais dentro da (incompreensível) Mas a parte de educação, de apoio da Secretaria para essas associações, para melhorar os projetos, continua na minha (incompreensível)

Secretário Executivo Rubens Borges: Só um outro detalhe, os projetos que foram apresentados com valores de cem mil reais, não significa que o Fundo vá liberar cem mil e mais o valor da contrapartida, porque aí nós estaríamos alterando o valor do projeto como um todo. Então o entendimento do jurídico também é esse, de que o valor da contrapartida deva ser reduzido do valor liberado pelo FEMA. Passando para a votação do percentual que foi discutido, já foi sugerido, aqueles que forem favoráveis à exigência de contrapartida do percentual de 3%, permaneçam como estão. Então, aprovado por unanimidade a exigência da contrapartida de 3% do valor global do projeto.

Conselheiro Luis Ramos: A única coisa que eu gostaria de colocar é que isso, na verdade, é uma indicação, eu não tenho nada a opor, (trecho incompreensível) Mas eu gostaria que fosse feita uma consulta formalizada, a partir dessa aprovação, ao jurídico, para nós documentarmos isso, e se for o caso encaminhar... (trecho incompreensível) formal de que nós podemos usar esse recurso dessa forma. Senão, daqui a alguns meses pode vir um questionamento de que ninguém definiu este valor e o Fundo arbitrou e aplicou. Eu entendo que é muito importante, (trecho incompreensível) mas eu acho que essa nossa resolução é um encaminhamento. Aí, nós passamos a consultar: "olha, diante dessa porcentagem, nós podemos aplicar isso?". (trecho incompreensível) ...formal, e se for o caso remeter à Procuradoria.



Secretário Executivo Rubens Borges: Antes da assinatura do convenio, nós passamos para vocês a manifestação do jurídico e isso irá constar do processo de convênios... (trecho incompreensível)

Conselheira Myrian Barcellos: Eu acredito, que nós, conselheiros, como houve uma renovação constante de conselheiros, continuará sendo assim, nós precisamos rever as normas, o que foi estabelecido no início, na formação do conselho, antes dessa aprovação. (trecho incompreensível)

Secretário Executivo Rubens Borges: Diante do decreto, dona Myrian, não só o percentual de contrapartida, mas vários outros procedimentos terão que ser revistos. Então os outros não impedem o andamento dos convênios que já estão firmados.

Conselheira Myrian Barcellos: Claro.

Secretário Executivo Rubens Borges: Mas nós estamos trabalhando em cima de um novo regulamento para o Fundo, até porque a portaria estabelece novos formulários, então nós vamos ter que adequar todo o procedimento ao decreto e à portaria.

Conselheira Myrian Barcellos: Então eu acredito que a vigência tem que ser a partir da decisão, lá para frente, (trecho incompreensível)

Secretário Executivo Rubens Borges: Os próximos editais terão que se adequar ao decreto e à portaria. Os editais que já estavam em andamento, nós estamos adequando às exigências da portaria para o atendimento do decreto sempre dentro dos princípios da legalidade. Mas eu acredito que os próximos editais, obrigatoriamente, terão...

Conselheira Myrian Barcellos: Eu acredito que a exigência tem que ser para os próximos editais, estes que já foram apresentados, não.

Secretário Executivo Rubens Borges: Dona Myrian, é um entendimento jurídico, o convenio em si não foi assinado, e a legislação se aplica aos convênios. Então, os convênios assinados, a lei não pode retroagir. Para os convênios não assinados terão, obrigatoriamente...

Conselheira Myrian Barcellos: Como é que fica esclarecido, indicar só 3%? Não fica esclarecido que é o sobre o valor dos trabalhos técnicos, sobre um possível patrimônio da instituição.

Coordenadora Helena Magozo: Dona Myrian, isso foi deliberado aqui, como o Rubens colocou, não é? Pode ser também mensurável e não só financeira. E teremos agora, um contato com as entidades que estão aguardando para assinar os convênios, para que elas tenham essa orientação claramente, isso será...

Conselheira Myrian Barcellos: Eu acho que financeira nós não podemos aceitar.

Coordenadora Helena Magozo: Não. Nós podemos por até financeira ou mensurável.

Conselheira Myrian Barcellos: É só mensurável, eu acredito.

Coordenadora Helena Magozo: De repente ele fala: "olha, a essa altura dos acontecimentos, eu prefiro depositar (incompreensível), é melhor do que eu reformular o meu projeto". O que nós queremos é o que seja mais ágil e de acordo com a lei, para a instituição, é esse o momento.

Conselheira Myrian Barcellos: Eu receio que daqui para frente, com a mudança dos conselheiros, vá mudando também a mentalidade, e isso passa a ser realmente...

Coordenadora Helena Magozo: Dona Myrian, o edital de educação ambiental, que foi aprovado aqui, neste Conselho, foi aprovado com 10%. Então, quer dizer, e prevê as duas possibilidades. Eu acho que eu não vi nenhum caso em que foi financeiro. Todas as possibilidades foram contrapartida mensurável.

Alice Kehdi Naime – Comissão Técnica de Avaliação/FEMA: Todos os nossos projetos, projetos, projetos que a CAV analisou, nenhum deles tem menos de 10% . Nós chegamos a ter contrapartida, muitas vezes 20%, 15%, então nenhuma entidade teve problema com a contrapartida apresentada.



Orador não identificado: Bom, para encerrar, eu queria fazer um pedido, que eu não sei se é possível, se é viável, (trecho incompreensível). Esses projetos que nós aprovamos são acompanhados (trecho incompreensível). Mas eu acho que naqueles que existem palestras, exibição de filmes ou peças de teatro, tal, se for viável, que essas entidades comuniquem as datas e os locais, e que isso seja repassado aos conselheiros, pra que a gente dá uma incerta lá e vê como é que a coisa anda. Porque, na verdade, esse dinheiro está sob a nossa responsabilidade. Eu, acho que, reitero o apoio ao trabalho desenvolvido pela CAV, mas eu acho que é importante que a gente saiba o que está acontecendo.

Coordenadora Helena Magozo: Nós estamos sempre abertos, mas eu acho que nós podemos colocar de uma maneira mais explícita as atividades, como você está falando, as questões mais públicas.

Secretário Executivo Rubens Borges: Dado o adiantado da hora, nós teríamos o projeto que foi pedido destaque pela conselheira Myrian, da instituição IBEAC, Instituto Brasileiro de Apoio Comunitário, e fica para discussão em uma próxima reunião, deve ser no começo de outubro, lá pelo dia 9 ou 10, eu não sei exatamente a data. Eu não estou com o calendário aqui..Ou nós podemos marcar uma extraordinária para a próxima semana.

Secretário Executivo Rubens Borges: Eu queria lembrar que no dia 30, agora em setembro, tem audiência pública sobre aplicação de recursos de crédito de carbono do aterro São João. Dia 25 é o leilão do crédito de carbono, pode ser acompanhado pela Internet, é só acessar o site da BMeF, e aí você pode acompanhar o leilão. E no dia 30 tem audiência pública, que será no CEU São Raphael, nós passaremos o endereço.

Conselheiro Luis Ramos: Com relação a recursos de crédito de carbono (trecho incompreensível) a apresentação de projeto do plano de bairro de Perus, ele não foi aprovado no conselho, estava como... (trecho incompreensível) para aprovação pelo conselho.

Secretário Executivo Rubens Borges: Para a próxima reunião nós estamos tentando confirmar com o escritório responsável pelo plano de bairro para fazer uma apresentação aqui no conselho. Então a data prevista é 14/10, nós temos uma segunda data, caso seja necessário, que é dia 28/10. Nós fechamos a pauta, eu agradeço a presença de todos, está encerrada a reunião. Obrigado.

EDUARDO JORGE MARTINS ALVES SOBRINHO

Presidente do Conselho do Fundo Especial do Meio Ambiente
e Desenvolvimento Sustentável - CONFEMA

Presentes:

Conselheiro titular Marcos Moliterno – CADES

Conselheiro titular Luis Oliveira Ramos – SEMPLA

Conselheira titular Zania Maria Matias Gouveia – Secretaria de Finanças

Conselheira suplente Myrian Arantes Barcellos – Movimento Defesa São Paulo

Presidente do CONFEMA

Eduardo Jorge Martins Alves Sobrinho

Secretário Executivo

Rubens Borges

Alice Kehdi Naime – Comissão Técnica de Avaliação/ FEMA

Glacilda Pinheiro Corrêa - Comissão Técnica de Avaliação/ FEMA

Alejandra Maria Devecchi – COPLAN/ SVMA

Plínio de Toledo Piza Filho – DEPAVE/ SVMA

Sandra Cristina Santana – Subprefeita de Perus



Renato Andrade – Subprefeitura de Perus
Luis Eduardo Brittas - EMURB
Cláudio Manetti - EMURB